

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) – Comunicação de**

Líder, pelo governo: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Presidente Mônica Leal; Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, agradeço o tempo; Ver. Moisés Barboza, vice-líder; meus colegas, companheiros vereadores; eu me sinto muito à vontade para falar do tema que vou falar. Fui secretário de Indústria e Comércio da Cidade e convivi, à época, só na fiscalização – sucedi o Ver. Cecchim –, com 200 servidores. Aliás, entre outras tantas, fizemos uma intervenção

no bairro Cidade Baixa, que, talvez, tenha sido o maior vespeiro em que eu já tenha posto a mão, e foi muito difícil. Naquela época, nós interditamos, um ano antes da Kiss, em Santa Maria, 42 casas noturnas que não tinham a mínima condição de segurança para os jovens que lá estavam. Nós poderíamos ter tido uma tragédia como, infelizmente, mancha a história do Rio Grande do Sul: a de Santa Maria.

Pois, muito bem: todos os que achavam que o secretário, que era a autoridade, estava correto, silenciaram; e aqueles que tinham interesses, como mais uma vez se manifestaram aqui na tribuna, de defender não a ordem, nem o fascismo, nem o moralismo, nem nada disso, mas o mínimo de civilidade e de respeito que devem existir numa cidade, que é, na verdade, é um condomínio – uma cidade não é nada além do que um condomínio, que precisa ter regras de convivência, como em qualquer lugar –, aqueles que não queriam essas regras condominiais e que defendiam a anarquia e continuam defendendo a anarquia foram os que mais me atacaram, e foi o que mais prosperou. Então, é difícil mexer nisso. Mas não quero falar disso, embora eu ache que a maior discriminação contra a maior festa popular da história do nosso País foi protagonizada pelos governos de esquerda de Porto Alegre, quando tiraram o carnaval daqui e levaram lá para os confins da Cidade. Um gesto de preconceito: tiraram o carnaval do Centro e jogaram para os confins da Cidade, para os limites de Porto Alegre com Alvorada, com Gravataí e com Cachoeirinha. Isso foi um crime que a história registra, praticado pelos partidos que apoiavam o Partido dos Trabalhadores e que continuam juntos até hoje.

Pois bem, quero falar sobre funcionalismo. Eu, maior testemunho do que a minha presidência aqui, Ver.^a Mônica Leal, não posso dar a respeito da minha visão do servidor público. Eu procurei, ao máximo possível – e a senhora foi minha vice-Presidente –, o diálogo, a composição e a valorização do serviço público. Agora, nós estamos na quarta-

feira gorda de carnaval, e parece que alguns ainda não se despiram das suas fantasias, e o Ver. Robaina, infelizmente, parece ser um desses. Vem aqui querer confundir o sentimento e a opinião pública, misturar popular e povo com o serviço público – não pode, vereador! De novo, eu falo com todo o respeito que tenho a todos os servidores. Quero me dirigir aqui às taquigrafas, à segurança, aos jornalistas, enfim, a todo e qualquer servidor público. Mas, para além disso, nós não podemos esconder que existem algumas categorias muito mal valorizadas e muito mal remuneradas e existem outras categorias, no serviço público, em que se pratica, Ver. Nedel, o maior programa de redistribuição de riqueza do mundo, porque se tira da sociedade que produz e se distribui para algumas categorias, sem meritocracia, sem aferição de produtividade e com benefícios que são incompatíveis com a realidade de um país que é pobre. E é isso o que nós estamos enfrentando agora aqui. Nós estamos falando de, em Porto Alegre, entre outras coisas, acabar com incorporação de função gratificada. Já acabou na União, já acabou no Estado! Lamento que não tenha vindo, estava falando ali, a licença prêmio, porque não tem mais... Falo de novo, com todo respeito, de quem está construindo um centro de convivência para os servidores; de quem deu um plano de saúde que o PT e o PSOL votaram contra, no final do ano passado; com quem teve a maior e melhor relação possível com os servidores desta Casa. Portanto, não preciso de ninguém que fale por mim, e me sinto autorizado em falar essas coisas! Quero dizer que isso não pode ser tratado como pedra de toque, que ninguém pode falar, que a sociedade não tem que se apropriar dessa questão, porque é preciso moderação e é preciso modulação nessa questão. Eu estou vendo o sindicato dizer aqui, e aqueles que trabalharam comigo durante muito tempos: “Vão destruir as nossas carreiras, vão diminuir o nosso salário!” Em primeiro lugar, não tem plano de carreira, que é o compromisso que todos nós, como Câmara, temos que ter – portanto, não vão destruir carreira nenhuma. E o que foram fazendo foi um arremedo de ir colocando multiplicadores em cima de questões que hoje não se sustentam mais e que têm que estar atreladas, entre outras coisas, por exemplo, à receita do Município! Como é que eu posso dar a cada três anos um aumento real de 5 %, que representa, em 12 anos, um aumento de 20% do salário, independentemente de qualquer coisa? E se a receita diminui, como é que dou 20% de aumento de salário? (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E como é que, além desses 20% de aumento real, passado tempo de incorporação, 15 anos, mais 15%? É isso? Portanto, dos 20, mais 15 –

35%! “Ah, mas isso é plano de carreira!” Desculpem, mas não é. Vamos pactuar, então vamos construir um plano de carreira. Mas isso não é! Agora, querer confundir o interesse de parcela da sociedade, que, volto a dizer, precisa ser respeitada, com interesse das massas da população? Não, as massas da população estão excluídas disso! E é este o Brasil que a gente precisa delimitar: que se olhe com igual justiça e com igual atenção para todas as categorias, mas não essa hipocrisia de vir aqui fazer defesa de classe ou defesa de categoria como se estivesse falando no interessa da sociedade maior, que, na verdade, faz o maior programa de transferência de renda... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)